



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

21 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO EM JOAO PESSOA-PB.

Devo, de início, agradecer o acolhimento que me fazem e as palavras generosas do excelentíssimo senhor Governador a meu respeito, sem dúvida bastante exageradas, mas que exprimem sentimentos que me são muito gratos. Agradeço também as referências feitas pelo senhor superintendente da SUDENE sobre a minha atuação na área nordestina.

Não tenho feito mais do que continuar a obra dos governos da Revolução. O que se faz hoje no Nordeste é uma seqüência do trabalho que se desenvolveu desde o governo do grande Presidente Castello Branco e que foi continuado com maiores e menores vicissitudes através dos governos que se seguiram, o Governo Costa e Silva e do Presidente Médici. E a mim coube um dever indeclinável de prosseguir nessa obra, tendo em vista assegurar o maior desenvolvimento desta grande região que é o Nordeste, visando a atender as necessidades de sua população, que se caracteriza por um grande índice demográfico, atender às necessidades propriamente, que decorrem de condições climáticas desfavoráveis, de modo a melhor integrar esta região que tem os maiores antecedentes históricos na vida do nosso povo no conjunto da nação. A tornar menores, se possível apagar os desequilíbrios que

ainda existem sobretudo em relação às regiões Sudeste e Sul.

Muito se tem feito e o relato dos programas e da sua execução, apresentado pelo superintendente da SUDENE e principalmente pelo Ministro do Interior, são por demais elucidativos e convincentes do que se fez e do que está ainda na infância, onde tudo está por se fazer, sobretudo no que se refere à sua infra-estrutura. Há problemas imensos na área econômica e social. Essa área social é extraordinariamente preocupante, porque é cuidando dela que podemos evitar que doutrinas exóticas explorem nossa miséria para se instalar entre nós. É na área social que precisamos trabalhar para obter um melhor nivelamento do homem brasileiro. É pela educação, pela habitação, pela saúde, pelo trabalho, que nós podemos elevar essa população a um nível de dignidade de que ela ainda está carente. São esses os direitos humanos que me preocupam e que muitos esquecem, e que eu tenho ao longo dos anos do meu governo procurado cuidar o tanto quanto possível. Mas, infelizmente, a quadra geral em que o mundo vive não nos é favorável pela crise econômica e pela recessão que se instalou nas áreas mais desenvolvidas, conseqüentemente, como é natural, e agora possivelmente agravado, os recursos de que dispomos são sempre inferiores à necessidade que se nos apresenta.

E aí se cria um problema extraordinariamente difícil, um verdadeiro drama para o governante: estabelecer prioridades. Ver onde os poucos re-

ursos de que dispõe devem ser aplicados. Ver e fazer. Ter a determinação e adotar uma decisão e a firmeza de se manter dentro dessa execução, que talvez seja a fase mais importante de todo esse conjunto. Assim, os recursos que o Nordeste tem recebido a muitos «nordestes» pode parecer pouco e certamente o são, se comparados aos problemas que aqui existem. Todavia, se se fizer a análise no quadro nacional; se não se considerar apenas o problema no sentido absoluto; mas se se olhar a relatividade do Nordeste para as demais regiões do país, concluir-se-á que foi aqui que o Governo Federal fez o seu maior esforço.

Os números que se podem citar a esse respeito são relevantes e muitos talvez o ignorem ou procurem ignorá-los. Uns de boa-fé, outros com intenções menos respeitáveis. Se nós olharmos o conjunto dos programas: o FINOR, os programas especiais (como o Polonordeste, Programa de Irrigação, de Agro-Indústria, Programa Sertanejo e a transferência da União aos Estados e Municípios. Se nós pegarmos o número de recursos que foram destinados e empregados em todos esses programas, de 1973 a 1977, adaptando a moeda ao nível de 77, nós teremos os seguintes números: em 1973 — 10 bilhões e 100 milhões de cruzeiros; em 74 — 11 bilhões e 500 milhões; em 75 — 15 bilhões e 800 milhões; em 76 — 18 bilhões; e, neste ano, 21 bilhões e 300 milhões. Quer dizer, em 77, em mais do dobro de 73, observando mais uma vez que esses números são equivalentes porque se trata de moeda consi-

derada ao nível de 77. Quer dizer, o nosso esforço permitiu duplicar os recursos aplicados em 73 para o ano de 77.

Há outro índice que eu considero extraordinariamente relevante citar. O superintendente da SUDENE referiu-se ao esforço feito na instalação de energia no Nordeste. O aumento da potência instalada nesses anos.

Eu quero referir-me ao consumo. Verifica-se que no período compreendido entre 1964 e 76, pode-se dizer, nos anos da revolução, o consumo no Nordeste cresceu na ordem de 500%. Ele era de 1964 quilowatts/hora, em 64 e é agora, em 76, de 8.245 quilowatts/hora. Enquanto isso, no restante do país esse crescimento foi de 300%, passando de 23.520 quilowatts/hora para 75.266 quilowatts/hora.

Em 1974, este consumo representava, no total do país, 7%; em 1976 ele representa pouco mais de onze. Isto significa que a importância do Nordeste no quadro nacional aumentou. Ou por outra, a diferença do Nordeste em relação às regiões mais desenvolvidas se tornou menor. A previsão de consumo, de crescimento do país é da ordem de 12,6% e a estimativa para o Nordeste é de crescimento anual na taxa de 18%. Ora, isto é evidente. Todos sabem que este é um índice de extraordinário valor para se aferir o desenvolvimento de uma área. Neste quadro eu sei que uma das extraordinárias preocupações do Nordeste é o do vulto de recursos que o FINOR poderá dispor no corrente ano. É que,

com a mudança do sistema de incentivos fiscais, substituindo-se a forma anterior pela do FINOR, verificou-se um menor interesse das empresas jurídicas em se beneficiarem do sistema de investimento. É um fenômeno curioso e que talvez ateste a pouca seriedade do sistema anterior. Mas, na realidade, muitas empresas deixaram de optar pela aplicação do incentivo. Conseqüentemente, os recursos realmente que correspondem ao FINOR são menores do que nós prevíamos. Num reajustamento que se fez em função da declaração de Imposto de Renda, em julho deste ano, prevíamos que há de vir um montante de incentivos da ordem de 5 bilhões e 200 milhões. E posteriormente se verificou que as opções feitas atingiram um volume bem menor. Eu quero dizer-lhes que, após a análise do problema, decidiu o governo manter este nível de 5 bilhões e 200 milhões. E mais. Na distribuição destes recursos a reserva que se tinha estabelecido, no valor de 1 bilhão, em função da análise que o governo fez vai ser aplicada. E haverá assim a aplicação integral desta importância.

Há outro aspecto da região nordestina que já foi focalizado aqui. É relacionado com os recursos do Banco do Nordeste. Também houve, da parte do governo, adotando medidas relacionadas com meios de programas do FIN, do PIN e do PROTERRA, fornecer melhores recursos ao Banco do Nordeste, de modo a que possa, de certa forma, atenuar a crise que resultaria da indisponibilidade destes recursos em função dos créditos que ele tem que atender.

Há ainda um outro problema que o governo se preocupou em atender nestes dias. É o que se relaciona com a comercialização da safra de algodão. Este ano, devido a condições favoráveis de clima e, possivelmente, pelos estímulos proporcionados pelos altos preços que se verificaram no ano anterior, a produção de algodão cresceu substancialmente.

Para minorar este problema, para enfrentá-lo em melhores condições, sobretudo tendo em vista a remuneração do produtor, o governo resolveu elevar de oito para 20% a bonificação que ele concede para a exportação do algodão. É um ônus que o Governo assume, mas que, sem dúvida, creio que será altamente benéfico para esta região. Quero concluir estas minhas breves palavras referindo-me a uma observação generosa feita pelo Superintendente da SUDENE, relativa à minha passagem por esta região em outras épocas. Ele é para mim profundamente sentimental e devo a ela muito na minha formação como homem público. Foi aqui que eu aprendi a conhecer melhor o Brasil. Acho por isto que a observação que o Dr. Lins fez é de alta relevância. Nós estamos vivendo num presente de luta, de trabalho, de dinamismo, procurando fazer do Brasil o Brasil que nós sonhamos. Este presente está, pois, vinculado ao futuro, futuro que nos espera e que todos nós devemos, através destas dificuldades de hoje, olhar com otimismo, pelo extraordinário potencial de que o país dispõe. Potencial de recursos naturais mas também humano. Não só em números, mas em qualidade. Mas o fato também

permite uma volta ao passado. Olhar para homens que nos antecederam e que também lutaram com este mesmo ideal. E aqui foi recordado com muita justiça o ilustre nome de José Américo de Almeida. Devo dizer-lhes que foi sob a inspiração de José Américo de Almeida que eu comecei a trabalhar aqui.